

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA
**MERCADO
DE TRABALHO**

1º TRIMESTRE DE 2018

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

Antonio Henrique de Souza Moreira

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

Eliana Boaventura

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Armando Affonso de Castro Neto

Ana Maria de Sales Guerreiro

Luana Gabriela da Silva Rodrigues

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

Luiz Fernando Araújo Lobo

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações – Codin

Augusto Cezar Pereira Orrico

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Editoração

Adir Filho

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

1º TRIMESTRE DE 2018 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **2**

EMPREGOS FORMAIS **3**

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA **9**

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO **11**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **13**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **13**

Projeção do emprego formal **15**

APÊNDICE **16**

NOTAS METODOLÓGICAS **20**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **20**

Projeções do mercado de trabalho formal **21**

1º TRIMESTRE DE 2018

Um novo ano começou, mas a economia ainda oscila sem apresentar sinais persistentes de superação da crise que a atingiu. Mesmo que não se possa falar em aprofundamento da crise, já que os resultados recentes fazem crer que o quadro conjuntural adverso tenha mesmo ficado para trás, também não se pode alimentar a ideia irrestrita de progresso sustentável. A recente marcha da retomada segue permeada pela alternância entre avanços e retrocessos. Assim como ocorreu ao longo de 2017, a esperada recuperação da atividade econômica continua lenta, frágil e gradual. Para completar, o ano de 2018 é de eleições e a cena política também se encontra conturbada e instável, potencializando a vulnerabilidade e a incerteza da recuperação econômica.

No mercado de trabalho também há avanços e recuos. As análises deste boletim, debruçadas em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), mesmo constatando a recomposição de alguns indicadores, mostram que os resultados não são amplamente favoráveis.

Entre os pontos positivos, observados no conjunto dos três meses iniciais deste ano, na Bahia, pode-se apontar: ocorrência, após quase três anos, de saldo mensal positivo de empregos com carteira assinada na média móvel de 12 meses; aumento do estoque de emprego formal em um primeiro trimestre desde 2014; generalização da geração de emprego por quase todos os setores econômicos; abertura líquida de postos tanto na área metropolitana quanto no interior do estado; aumento das admissões e recuo dos desligamentos em relação ao período imediatamente anterior; proporção maior de empresas planejando contratar novos trabalhadores em relação à porção daquelas que preveem desligar funcionários; melhora relativa do saldo de postos para todos os estratos salariais comparativamente ao trimestre antecedente; estreitamento da diferença entre o salário real médio dos desligados e o dos admitidos; e expectativa, conforme projeção, do melhor saldo de empregos com carteira assinada para um segundo trimestre desde o observado em 2014.

Por outro lado, entre as constatações sobre o mercado de trabalho baiano no trimestre, algumas não coadunam com um quadro de reabilitação econômica. Por exemplo: a geração líquida de empregos celetistas no referido intervalo ficou restrita aos postos de menor remuneração; a taxa trimestral de desocupação no estado voltou a aumentar em relação ao trimestre imediatamente antecedente e assumiu o segundo maior nível desde o início da série – além de permanecer acima das médias brasileira e nordestina; a taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador para o período se revelou a mais elevada desde o ano de 2004; e o pessimismo no meio empresarial baiano permaneceu em patamares moderados, mesmo em face às relativas melhorias.

Entre prós e contras, a balança parece pender para uma superação do quadro geral de dificuldades. Mesmo com a resiliência de alguns indicadores, os obstáculos tendem a ser suavizados. A questão é que o caminho da recuperação não permite atalhos e, realmente, leva tempo para se retornar aos níveis pré-crise, ainda mais no que diz respeito ao mercado de trabalho, cujo ajuste segue uma dinâmica própria, com movimentos retardados perante os ciclos econômicos.

CENÁRIO ECONÔMICO

A performance dos indicadores macroeconômicos, apesar de ainda não servir como prova irrefutável de resgate da economia baiana, não impede a constatação de uma trajetória evolutiva favorável em alguns domínios. Na Bahia, dentre as importantes atividades econômicas, a Indústria, por exemplo, vem despontando com resultados positivos nos primeiros três meses do ano. O setor agropecuário, após a significativa recuperação que vivenciou recentemente, deve manter o desempenho em relação ao ano passado. Na outra ponta, os setores de Serviços e de Comércio, ao exprimirem um movimento de recuo no primeiro trimestre, manifestam certa dificuldade em voltar para a trilha da recuperação.

Com efeito, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, relativo ao mês de março, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra baiana de grãos de 2018 denotou recuo de 0,3% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção havia totalizado quase 8,6 milhões de toneladas. A produção física de grãos, assim, deverá fechar o ano com pouco mais de 8,5 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de elevação de 0,7% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá diminuir em 1,0%.

Em relação à indústria, segundo informações da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, a produção total baiana, de janeiro a março de 2018, foi ampliada em 0,9% frente ao registrado no mesmo intervalo de 2017 – encadeando a terceira ocorrência consecutiva de crescimento nesta base de comparação. O êxito no ritmo produtivo do setor ocorreu tanto na indústria de transformação, que aumentou 0,9%, quanto na extrativa, com aumento de 1,8%. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação também se revelou positiva para o total da indústria, alta de 0,3%.

O setor de Serviços continuou encolhendo, mas em magnitude maior agora. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o volume de serviços prestados acumulado entre janeiro e março de 2018, em relação ao valor observado nos mesmos meses de 2017, exibiu uma queda de 6,2% – quinto recuo sucessivo na comparação interanual por trimestre móvel. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação continuou negativa, com contração de 5,0%.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE mostrou uma alteração negativa no volume de vendas do varejo no primeiro trimestre de 2018 no confronto interanual, queda de 0,6%. A comparação com o mesmo período de um ano antes, depois de oito altas consecutivas, apontou novamente recuo. No acumulado para o período de abril de 2017 a março deste ano, frente a igual intervalo imediatamente anterior, após 33 meses com resultado negativo e de ter chegado a apontar queda de 13,0%, o indicador completou dois meses seguidos com variação positiva, com uma alta de 0,8% no último deles.

Por fim, quanto ao futuro da economia, o empresariado local ainda manifesta certo receio. No entanto, com a desconfiança cada vez mais diluída. Segundo o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, o movimento de redução do pessimismo no meio empresarial do estado, observado a partir de abril de 2016, quando o ICEB marcou -488 pontos, mostrou prosseguimento ao longo do primeiro trimestre deste ano. Além de um valor

médio inferior ao do trimestre imediatamente anterior, o ICEB exibiu as três melhores marcas dos últimos 50 meses. Assim, os últimos indicadores passaram a afiançar a possibilidade de resgate da confiança num curto espaço de tempo, mesmo com o pessimismo se encontrando ainda em patamar moderado (janeiro: -14 pontos; fevereiro: -33 pontos; e março: -26 pontos).

EMPREGOS FORMAIS

Sob o ponto de vista das médias móveis de 12 meses, o saldo de empregos formais voltou a ser positivo no início do ano – fato não observado desde fevereiro de 2015¹. Assim, após 34 meses sem geração líquida de oportunidades ocupacionais na Bahia, o ciclo de contração chegou ao fim, dando indícios de ter relegado ao passado os momentos mais críticos – como, por exemplo, a eliminação média de 7.384 postos em junho de 2016, pior resultado na conjuntura recente (Gráfico 1).

Os primeiros três meses do ano evidenciaram saldos positivos e crescentes. Os dados de fluxos do Caged dos 18 meses anteriores ao referido trimestre, em termos de médias móveis de 12 meses, foram o prenúncio desse novo momento. Afinal, até o surgimento líquido de vagas em janeiro de 2018, o mercado de trabalho baiano vinha exibindo, desde julho de 2016, com exceção de novembro do mesmo ano, arrefecimento recorrente no ritmo do corte líquido de vínculos tutelados pela legislação trabalhista. Apesar de manifesto progresso, o resgate dos tempos áureos ainda requer um dinamismo mais amplo e consolidado do mercado de trabalho local. O primeiro trimestre do ano, no entanto, ao encerrar com a geração média de 1.334 novos postos de trabalho, serve de amparo ao discurso de inauguração de um período de recuperação de empregos celetistas.

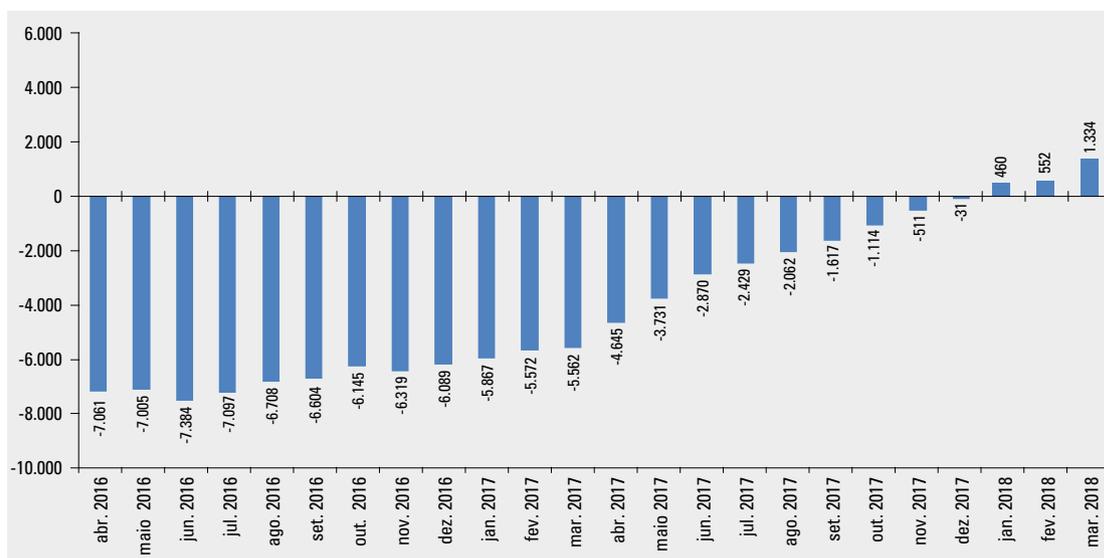


Gráfico 1
Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de doze meses – Bahia – Abr. 2016-mar. 2018

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

¹ Ao longo do texto, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os meses iniciais do ano erigiram um primeiro trimestre atípico no cenário recente do mercado de trabalho baiano. Desde 2014, o ano não começava com crescimento da ocupação no estado – nutrindo, dessa forma, o entusiasmo quanto à possibilidade de superação do padrão recessivo preponderante nos últimos três anos. Além do mais, a geração líquida de agora, surgimento de 11.121 postos, suplantou em mais de duas vezes a perda verificada no mesmo intervalo do ano anterior, quando 5.252 postos foram eliminados (Gráfico 2).

Dentre os meses do trimestre inaugural de 2018, nenhum testemunhou recuo do nível de emprego – diferentemente, portanto, do acontecido um ano antes, quando apenas um havia evidenciado saldo positivo. Enquanto o mês de janeiro deste ano exibiu o maior saldo, geração de 6.780 novas vagas, os de fevereiro e março, por outro lado, apresentaram resultados mais modestos, de 190 e 4.151 novos postos, respectivamente. Dessa maneira, juntos, com 11.121 postos de trabalho gerados, os primeiros três meses do ano fomentaram uma elevação de 0,67% no contingente de 1.654.990 empregos com carteira assinada existente ao final de 2017.

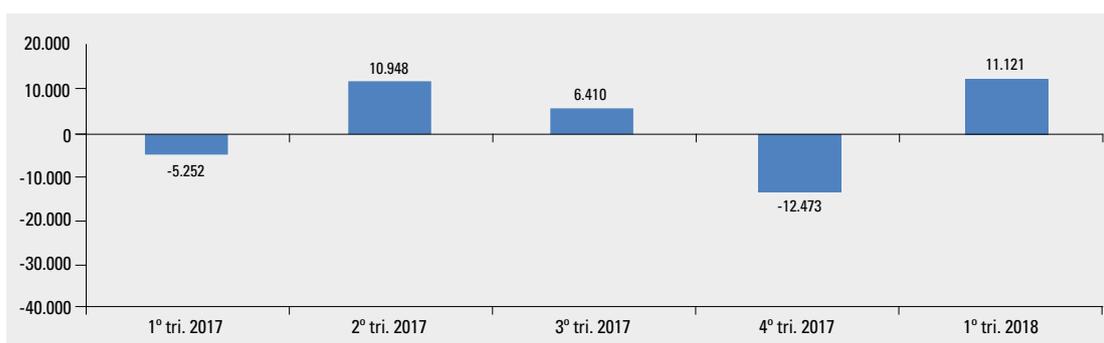


Gráfico 2

Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 1º tri. 2017-1º tri. 2018

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo.

A dilatação do mercado de trabalho formal baiano no primeiro trimestre de 2018 foi vista em quase todos os estratos setoriais, já que em apenas uma das oito atividades econômicas houve recuo líquido de postos. Nesse aspecto, a situação de agora se revelou melhor que a do mesmo trimestre do ano anterior, quando metade dos setores havia fechado mais postos que aberto. Contudo, mesmo com o crescimento do nível de ocupação em sete dos setores, apenas cinco exibiram, agora, um desempenho melhor comparativamente ao de um ano antes – as exceções ficaram por conta das atividades de Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. No trimestre imediatamente antecedente, por outro lado, havia sido de seis o número de setores com saldo negativo de empregos celetistas.

Em uma avaliação setorial, Serviços e Construção Civil, com geração líquida de 6.660 e 2.525 postos de trabalho no primeiro trimestre de 2018, respectivamente, destacaram-se com os desempenhos mais proeminentes. Em contrapartida, conforme se pode acompanhar pela Tabela 1, o setor de Comércio (-2.497 postos) foi o único a registrar dispensa líquida de trabalhadores no trimestre.

Tabela 1
Saldo de empregos formais por setor de atividade econômica, por trimestre – Bahia – 1º tri. 2017/4º tri. 2017/1º tri. 2018

Setor de atividade econômica	1º tri. 2017	4º tri. 2017	1º tri. 2018
Extrativa Mineral	-122	-33	94
Indústria de Transformação	1.147	-4.123	342
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.434	7	547
Construção Civil	-3.617	-5.077	2.525
Comércio	-4.438	4.985	-2.497
Serviços	-2.996	-738	6.660
Administração Pública	2.015	-1.369	1.331
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	1.325	-6.125	2.119
Total	-5.252	-12.473	11.121

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

O saldo de empregos com carteira assinada também foi positivo para o país no primeiro trimestre de 2018, com 204.064 postos a mais. Entretanto, vale ressaltar, nem todas as regiões geraram postos de trabalho no referido intervalo. O Nordeste, com corte líquido de 45.296 vagas formais, e o Norte, com 4.607 vagas a menos, foram as localidades com supressão de postos. O Sudeste, por sua vez, com surgimento de 108.548 postos, a que mais criou. Das unidades da Federação, em 17 houve geração líquida de empregos celetistas. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com acréscimo de 11.121 oportunidades ocupacionais, ficou na oitava posição, treze acima da verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, apenas quatro obtiveram saldo positivo. A Bahia (+11.121 postos) exibiu o maior montante líquido de postos ativados na região, enquanto Alagoas (-22.370 postos) ficou com o pior desempenho regional.

Quanto à distribuição intraestadual, no primeiro trimestre deste ano, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior experimentaram o surgimento líquido de vagas (Tabela 2). Enquanto na RMS foram gerados 2.373 empregos com registro em carteira, no interior o resultado foi de 8.748 postos a mais – números, portanto, muito mais expressivos que os do mesmo intervalo do ano anterior, quando a RMS vivenciou perda de postos e o interior gerou pouco menos da metade dos postos de agora. Em relação ao trimestre imediatamente antecedente, quando oportunidades desapareceram em ambas as áreas, a situação atual se mostrou, portanto, distinta e bem mais favorável.

Ao longo dos primeiros meses de 2018, a criação de empregos formais no interior (+8.748 postos) se mostrou quase quatro vezes superior àquela constatada na RMS (+2.373 postos), realçando o protagonismo daquela região na geração líquida de vagas no estado e, ao mesmo tempo, sugerindo a edificação de uma dinâmica própria no mercado de trabalho do interior. A área metropolitana se manteve, dessa forma, como óbice a um dinamismo mais contundente do mercado de trabalho formal em território baiano no início deste ano.

Tabela 2
Saldo de empregos formais entre RMS e interior, por trimestre – 1º tri. 2017/4º tri. 2017/1º tri. 2018

Área geográfica	1º tri. 2017	4º tri. 2017	1º tri. 2018
Bahia	-5.252	-12.473	11.121
RMS	-9.298	-758	2.373
Interior	4.046	-11.715	8.748

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

A RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo positivo de 11.121 empregos formais na Bahia, observado no primeiro trimestre, foi proveniente de 146.651 admissões e 135.530 desligamentos. Do trimestre imediatamente antecedente a este, as admissões aumentaram e os desligamentos recuaram – aquelas em 12,5% (16.322 admitidos a mais) e estas em 5,1% (7.272 desligados a menos). A ampliação das contratações somada ao recuo dos desligamentos ajudam a entender a ocorrência de um resultado positivo no trimestre mais recente.

O número de empregados desligados nos primeiros três meses deste ano se mostrou menor que o contabilizado em qualquer outro trimestre de 2010 para cá, pelo menos. O que poderia ser motivo de celebração, condescende com a narrativa que identifica o estoque de empregos em níveis historicamente baixos como fator que termina por engessar os desligamentos involuntários e inibir os voluntários. Por outro lado, o montante de admitidos ainda se encontra bem abaixo dos maiores registros do período observado. Dessa forma, parece que o obstáculo para uma sólida alavancagem do mercado de trabalho baiano se encontra mais relacionado com a dificuldade em se alocar e realocar do que com a de se manter em uma vaga.

Conforme a Tabela 3, houve aumento em quase todas as formas de movimentação no mercado de trabalho baiano no primeiro trimestre². No campo das admissões, o reemprego³, tipo de contratação mais comum no referido mercado, subiu 10,6% na comparação com o trimestre antecedente. As admissões por primeiro emprego e os contratos de trabalho por prazo determinado, por outro lado, exibiram as maiores variações percentuais: altas de 24,4% e 17,0%, nessa ordem. Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou leve decréscimo, queda de 0,3%. Os desligamentos via acordo entre empregado e empregador e aqueles por término de contrato, por sua vez, foram os de maior variação relativa de um trimestre ao outro, com o primeiro revelando um aumento de 230,2% e o segundo, um recuo de 31,0%.

2 O desligamento por acordo se trata de uma nova categoria de movimentação criada pela mais recente reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), cuja vigência teve início no dia 11 de novembro de 2017.

3 Reempregado é aquele que já havia exercido ocupação formal no mercado de trabalho anteriormente.

Tabela 3**Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados, por trimestre – Bahia – 4º tri. 2017/1º tri. 2018**

Tipo mov. desagregado	4º tri. 2017	1º tri. 2018	Varição
Admissão por Reemprego	104.997	116.146	10,6%
Contrato Trabalho Prazo Determinado	13.055	15.271	17,0%
Admissão por Primeiro Emprego	12.030	14.967	24,4%
Admissão por Reintegração	247	267	8,1%
Admissão por Transferência	0	0	-
Total de Admissões	130.329	146.651	12,5%
Desligamento por Transferência	0	0	-
Desligamento por Aposentadoria	132	165	25,0%
Desligamento por Morte	453	490	8,2%
Desligamento por Acordo Empregado e Empregador	305	1.007	230,2%
Desligamento por Demissão com Justa Causa	1.066	1.115	4,6%
Término Contrato Trabalho Prazo Determinado	5.982	4.537	-24,2%
Desligamento a Pedido	15.192	17.139	12,8%
Desligamento por Término de Contrato	26.779	18.477	-31,0%
Desligamento por Demissão sem Justa Causa	92.893	92.600	-0,3%
Total de Desligamentos	142.802	135.530	-5,1%
Saldo (Admissões - Desligamentos)	-12.473	11.121	-

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

No acumulado de janeiro a março de 2018, a despeito do resultado positivo no agregado, o fechamento líquido de postos de trabalho foi realidade para quase todos os níveis de remuneração (Gráfico 3). A captação líquida de trabalhadores ocorreu apenas para os postos que pagavam menos, as faixas de até um e de um a dois salários mínimos – com a primeira absorvendo bem mais novamente. Por outro lado, assim como nos três primeiros trimestres do ano passado, o maior corte líquido de vínculos ocorreu na faixa delimitada por dois e cinco salários mínimos – no último trimestre de 2017, havia ocorrido na categoria de um a dois salários mínimos.

Do quarto trimestre de 2017 ao primeiro deste ano, houve progresso em todas as camadas, no sentido de que o saldo de postos de trabalho melhorou nos diversos estratos. Nesse contexto, de um trimestre ao outro, a categoria dos que receberam de um a dois salários mínimos foi a que mais avançou em termos de saldo e o grupo dos que receberam mais, a que menos evoluiu.

Diferentemente do trimestre antecedente, quando a abertura líquida de postos de trabalho foi observada em apenas um nível de remuneração, no trimestre mais recente voltou a acontecer em dois, assim como no terceiro trimestre do ano passado. A tática em disponibilizar oportunidades para as ocupações com as mais baixas remunerações, adotada pelas empresas como forma de evitar o avanço desmedido dos custos, parece ter sido continuada no primeiro trimestre – no entanto, comparativamente ao quarto trimestre, de maneira menos circunscrita, já que ampliada àquelas com remuneração de um a dois salários mínimos, conduta condizente com um panorama de retomada econômica lenta e incerta.

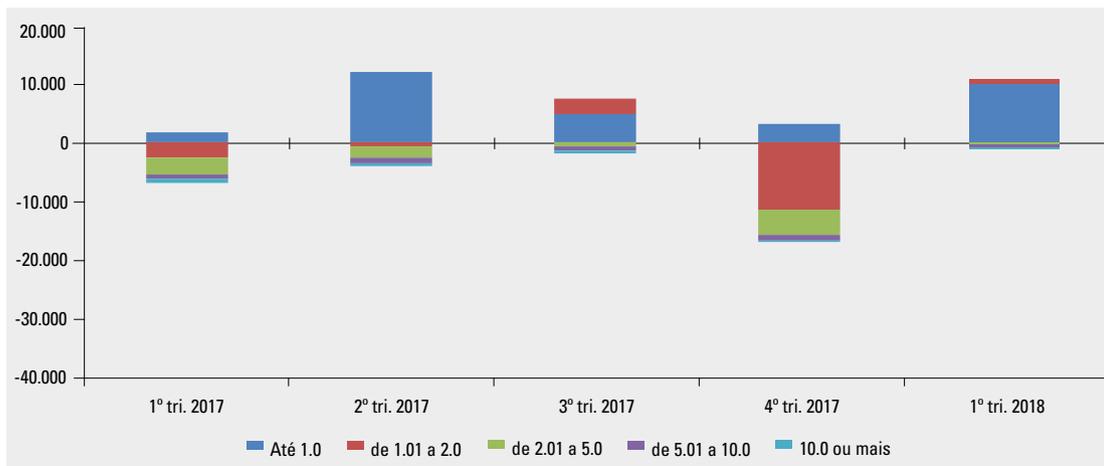


Gráfico 3
Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 1º tri. 2017-1º tri. 2018

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

As informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

O salário real médio de admissão, na Bahia, chegou a R\$ 1.347 no primeiro trimestre de 2018 – inferior em R\$ 173 em relação ao do país, que foi de R\$ 1.520. Trata-se da terceira maior quantia desde 2010, inferior apenas às do terceiro trimestre de 2013 (R\$ 1.370) e terceiro trimestre de 2017 (R\$ 1.357). Em relação ao quarto trimestre do ano passado, quando alcançou R\$ 1.316, houve aumento aproximado de 2,4%. Na comparação interanual, ocorreu uma alta de 1,7% – já que, à época, o valor havia sido de R\$ 1.324. A evolução trimestral deste importante indicador pode ser acompanhada pelo Gráfico 4.

A remuneração média dos trabalhadores admitidos manteve o movimento de vaivém e, após recuo no período imediatamente anterior, voltou a exibir elevação no primeiro trimestre deste ano. O salário real médio de desligamento, por sua vez, regrediu pela segunda vez seguida – ficando abaixo, até mesmo, do registrado um ano antes. A diferença entre o salário real médio dos desligados e admitidos, no primeiro trimestre, diminuiu comparativamente à observada no trimestre anterior e no mesmo trimestre de 2017. Enquanto no intervalo mais atual, o trabalhador admitido recebeu, em média, 93,3% do recebido pelo trabalhador desligado, no trimestre precedente e no primeiro de 2017, esses percentuais foram de 90,5% e 91,0%, respectivamente – denotando, quanto aos trimestres de comparação, aumento do preço de rotatividade da mão de obra na Bahia.

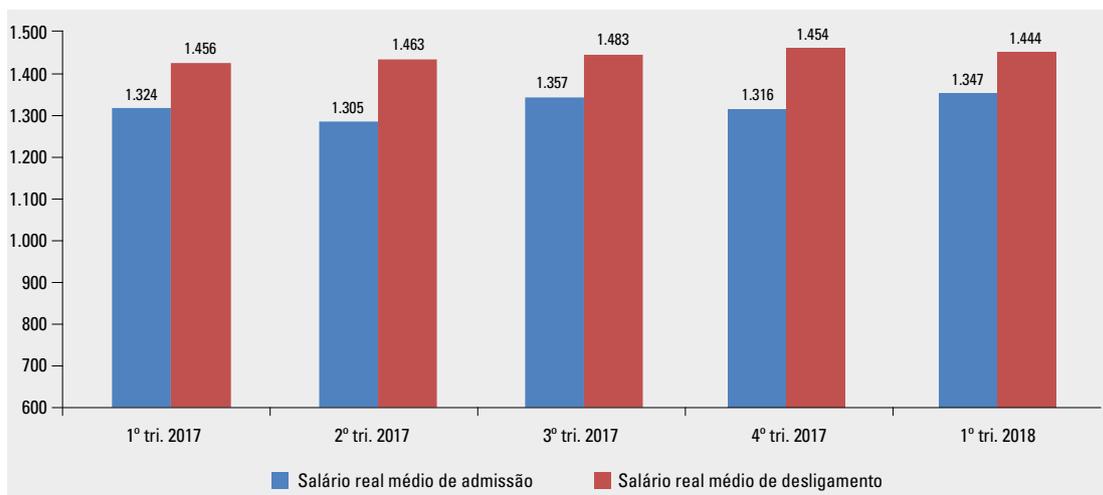


Gráfico 4
Salário real médio de admissão e de desligamento por trimestre – Bahia – 1º tri. 2017-1º tri. 2018

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Dados deflacionados em relação a março de 2018 pelo IPCA.

MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA

No trimestre de abertura de 2018, na Bahia, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), sintetizados na Tabela 4, a desocupação atingiu 17,9% da população na força de trabalho. O ano em questão, assim, começou com a segunda maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa, em 2012. No contexto brasileiro, a desocupação foi de 13,1% no referido trimestre, também o segundo maior valor desde o princípio da série.

Após comportamento declinante ao longo do ano passado, a taxa de desocupação no estado apresentou um repique no primeiro trimestre deste ano e aumentou 2,9 pontos percentuais em relação ao trimestre imediatamente antecedente, quando havia sido de 15,0%. Trata-se da segunda maior alta registrada entre trimestres consecutivos. Apesar de preocupante, o movimento não chega a ser surpresa, já que reflete uma dinâmica própria do mercado de trabalho em início de ano. Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2017, quando o indicador foi estimado em 18,6%, houve decréscimo, com o valor de agora ficando 0,7 ponto percentual abaixo.

A Bahia persistiu com uma taxa de desocupação superior às do Brasil (13,1%) e do Nordeste (15,9%) no primeiro trimestre de 2018. A Região Nordeste, por sinal, permaneceu com a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul com a menor (8,4%). Entre as unidades da federação, a Bahia teve a segunda mais elevada. Enquanto isso, Amapá (21,5%) foi o estado com a maior taxa de desocupação no período, e Santa Catarina (6,5%), com a menor.

No trimestre analisado, a população ocupada foi estimada em 5,885 milhões, representando queda de 0,4% (-23 mil pessoas) em referência ao montante existente no mesmo período do ano passado e de 4,2% (-256 mil) quando confrontada com a do trimestre imediatamente anterior. A população desocupada foi estimada em 1,286 milhão de indivíduos – alta de 18,8%

frente à do quarto trimestre de 2017 e recuo de 4,5% em relação à do mesmo trimestre de um ano antes. Em relação ao registrado há um ano, o montante de 60 mil pessoas a menos no contingente sem ocupação se deveu, de forma aproximada, à diminuição de 23 mil postos de trabalho agregada aos 83 mil indivíduos que saíram da força de trabalho no período.

Considerando os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o nível de emprego se reduziu enormemente nos setores *Construção* (-14,4%) e *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (-12,7%); e, relativamente menos, em *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-4,6%); *Transporte, armazenagem e correio* (-4,3%); e *Indústria geral* (-3,5%). Em compensação, a ocupação cresceu nos setores *Outros serviços*⁴ (+15,4%); *Alojamento e alimentação* (+10,8%); *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (+8,2%); e *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (+1,7%). O número de pessoas ocupadas em *Serviços domésticos*, por sua vez, não apresentou alteração percentual significativa.

Com base na PNADC, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no primeiro trimestre de 2018, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.525 – o segundo maior registro de toda a série. Em relação ao primeiro trimestre de 2017, quando o rendimento médio real estava em R\$ 1.459, houve avanço de 4,5%, e num comparativo com o do trimestre anterior, cujo valor estava em R\$ 1.530, ocorreu um recuo de 0,3%. A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas ocupadas, foi estimada em R\$ 8,665 bilhões – redução de 4,3% frente à do trimestre imediatamente anterior, de R\$ 9,054 bilhões, e expansão de 4,1% num comparativo com a do mesmo trimestre do ano passado, cujo valor havia sido de R\$ 8,326 bilhões.

Tabela 4
Síntese das principais informações da PNAD Contínua – Bahia – 1º tri. 2017/4º tri. 2017/1º tri. 2018

Indicador	Período			Variação	
	1º tri. 2017	4º tri. 2017	1º tri. 2018	1º tri. 2018/ 1º tri. 2017	1º tri. 2018/ 4º tri. 2017
Taxa de desocupação	18,6%	15,0%	17,9%	-0,7 p.p.	2,9 p.p.
Nível da ocupação	48,0%	50,0%	47,8%	-0,2 p.p.	2,2 p.p.
População ocupada	5.908 mil	6.141 mil	5.885 mil	-0,4%	-4,2%
População desocupada	1.346 mil	1.083 mil	1.286 mil	-4,5%	18,8%
Rendimento médio real habitual	R\$ 1.459	R\$ 1.530	R\$ 1.525	4,5%	-0,3%
Massa de rendimento (em milhões de reais)	R\$ 8.326	R\$ 9.054	R\$ 8.665	4,1%	-4,3%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) – IBGE.
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2018.

4 O grupamento ocupacional *Outros serviços*, baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar, engloba três seções: Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

MERCADO DE TRABALHO NA RMS SEGUNDO A PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

A taxa de desemprego total da Região Metropolitana de Salvador, no primeiro trimestre de 2018, foi calculada, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, em 25,7% (Gráfico 5). Esse resultado supera o registrado no último trimestre do ano anterior (23,8%) e se revelou o mais elevado para o período desde 2004, quando 26,7% da força de trabalho se encontravam desempregadas. A pesquisa também mostra redução nos níveis de rendimento médio dos ocupados, diminuição do nível de ocupação e aumento da População Economicamente Ativa (PEA) (Tabela 1A, em apêndice).

O crescimento da taxa de desemprego em relação ao quarto trimestre de 2017 adveio da combinação entre redução da ocupação, devido ao desaparecimento de 21 mil postos de trabalho (-1,4%), concomitante a um aumento da PEA, pelo acréscimo de 22 mil trabalhadores ao contingente (+1,1%). Com isso, o número de pessoas na condição de desemprego chegou a 513 mil pessoas, 43 mil a mais que o calculado para o trimestre anterior (+9,1%).

Entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro de 2018 tanto o desemprego aberto quanto o desemprego oculto cresceram. No primeiro caso, a taxa evoluiu de 17,2% para 18,7% e, no segundo caso, de 6,5% para 7,0%. A evolução da taxa em 12 meses, contudo, combinou aumento do desemprego aberto de 16,5% para os mencionados 18,7%, com redução na taxa de desemprego oculto de 7,5% para 7,0% nesse intervalo.

Em relação ao mesmo trimestre de 2017, a taxa de desemprego total aumentou 1,8 ponto percentual, ao passar de 23,9% para os atuais 25,7%. Isso ocorreu devido ao fraco desempenho da ocupação, com criação de apenas 13 mil postos de trabalho, insuficiente para compensar o aumento de 64 mil trabalhadores na PEA. Isso fez com que o número de desempregados fosse acrescido em 51 mil pessoas em um período de 12 meses.

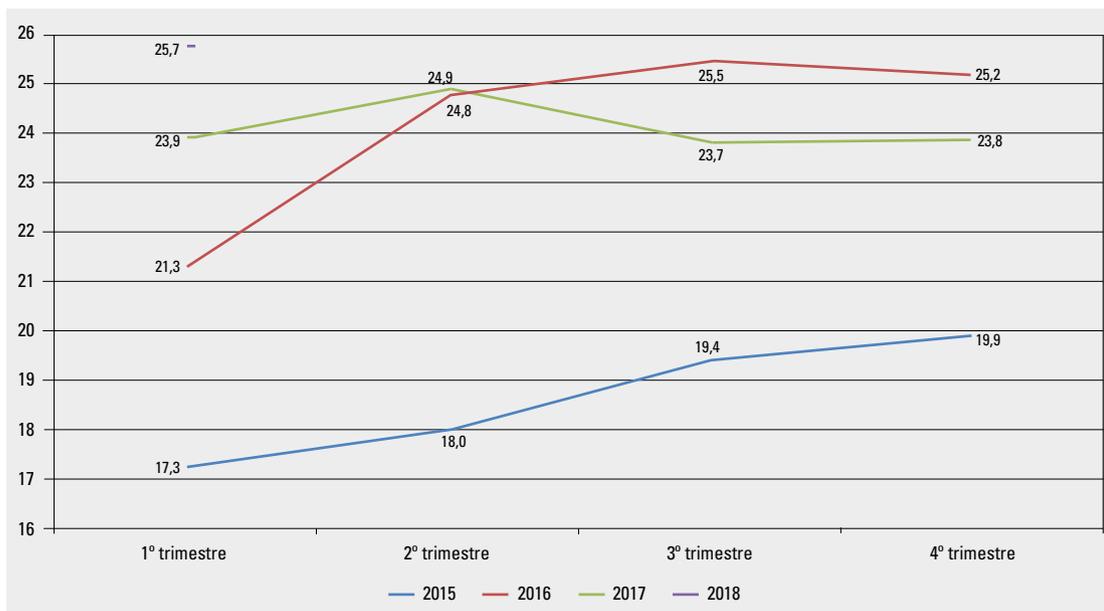


Gráfico 5
Taxa trimestral de desemprego total – RMS – 2015-2018

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

Impactado por movimento sazonal característico dos primeiros meses do ano, o nível de ocupação da RMS diminuiu 1,4% entre o quarto trimestre de 2017 e o primeiro de 2018, com o desaparecimento de 21 mil postos de trabalho. É verdade que o número de trabalhadores cresceu na *Construção* (3 mil novos postos ou +2,7%) e ficou estável na *Indústria de transformação*, porém as reduções no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* e nos *Serviços* comprometeram o desempenho da ocupação. No primeiro caso, foram fechados 4,4% dos postos de trabalho, atingindo 14 mil pessoas e, no segundo, 1,6% ou redução de 15 mil postos de trabalho (Tabela 2A, em apêndice).

O aumento do nível de ocupação em relação a um ano antes, com o surgimento de 13 mil posições de trabalho (+0,9%), foi resultado do forte crescimento na *Construção* (14 mil postos abertos ou +14,1%) e acréscimos mais modestos no *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (mais 11 mil ou +3,8%) e na *Indústria de transformação* (mais 5 mil ou +4,6%). Nos *Serviços* desapareceram 23 mil posições de trabalho ou 2,4% do contingente previamente ocupado.

Quanto ao vínculo ou relação de trabalho, a redução da ocupação entre o último trimestre de 2017 e o primeiro de 2018 se deveu a contrações do nível de emprego *Assalariado* (perda de 28 mil postos ou -2,9%) e no contingente de trabalhadores *Autônomos* (menos 4 mil ou -1,1%), já que o *Emprego doméstico* manteve seu nível de ocupação. Entre os *Assalariados*, houve relativa estabilidade no trabalho assalariado no setor privado, apesar da perda de 3 mil postos (-0,4%), e forte redução no trabalho assalariado no setor público (24 mil postos a menos ou -17,8%). No setor privado, ocorreu redução do emprego nas posições com carteira assinada (menos 23 mil postos ou -3,2%) e forte aumento dos postos sem carteira de trabalho assinada (mais 20 mil empregos ou +20,2%) (Tabela 3A, em apêndice).

A análise em relação ao ano anterior sugere um quadro de deterioração das relações de trabalho, já que o comportamento positivo da ocupação no período esteve relacionado com o

crescimento do trabalho *Autônomo* (57 mil postos a mais ou +19,9%) e a diminuição no número de trabalhadores *Assalariados* (menos 45 mil empregos ou -4,6%) e no *Emprego doméstico* (menos 2 mil ou -1,7%). Entre os *Assalariados*, foram eliminadas 29 mil posições de trabalho no setor privado (-3,4%) e 16 mil no setor público (-12,6%). No setor privado, as perdas se deram nas posições com carteira assinada, que diminuíram em 42 mil (-5,7%), visto que o número de postos sem carteira assinada aumentou em 13 mil (+12,3%).

Os rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados da RMS⁵ diminuíram entre fevereiro de 2018 e dezembro de 2017 em 1,6% e 2,2%, respectivamente, passando a valer R\$ 1.363 para os primeiros e R\$ 1.475 para os últimos. Nesse período, a massa de rendimentos dos ocupados diminuiu em 2,5%, já que também houve diminuição do nível de ocupação (-0,9%). A massa de rendimentos dos assalariados reduziu 3,9% em razão da diminuição dos rendimentos médios e do nível de emprego (-1,7%) (Tabela 4A, em apêndice).

Entre o último mês de fevereiro e o primeiro trimestre de 2017, o rendimento médio real diminuiu tanto para ocupados (-11,1%) quanto para os assalariados (-8,0%). Houve redução da massa de rendimentos dos ocupados (-9,9%) e na dos assalariados (-11,1%). No primeiro caso, houve um aumento no nível de ocupação em 1,4% que foi insuficiente para compensar a perda no rendimento médio e, no caso dos assalariados, ocorreram reduções tanto no nível de ocupação (-3,4%) como na renda real média.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas empresariais sobre diversos temas, dentre os quais o entusiasmo quanto ao recrutamento futuro de novos trabalhadores. Construído a partir das respostas dos empresários baianos em relação aos planos de abrir, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde dezembro de 2013. O IEE, no entanto, demonstrou avanço comparativamente aos trimestres anteriores (janeiro: -14 pontos; fevereiro: -11 pontos; e março: -58 pontos), além de registrar o menor nível de pessimismo quanto ao emprego após novembro de 2013 – reforçando os indícios de retomada das contratações no curto prazo.

A diminuição do pessimismo quanto ao emprego, no entanto, não se deu de forma generalizada (Gráfico 6). Entre as atividades, em relação ao término do trimestre antecedente, o setor de Comércio indicou aumento. A Agropecuária, a Indústria e os Serviços, por outro lado, apontaram um panorama relativamente melhor das expectativas ao fim do trimestre mais recente. Nesse contexto, o setor de Agropecuária terminou com o melhor dos indicadores e o de Comércio revelou as piores percepções em relação às contratações futuras.

5 No momento de conclusão desse texto, os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego relativos aos rendimentos do trabalho no primeiro trimestre de 2018 ainda não estavam disponíveis. A análise reporta, portanto, aos valores recebidos em fevereiro de 2018.

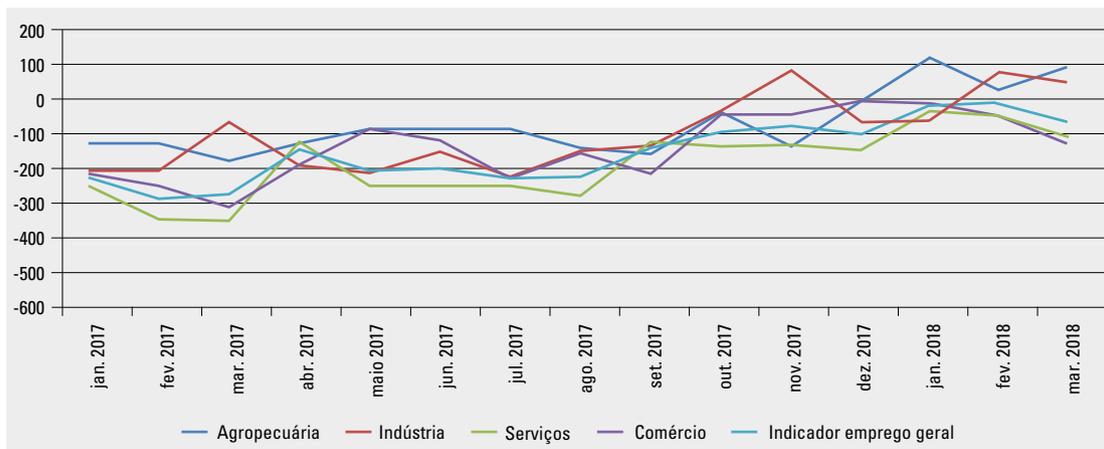


Gráfico 6
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Jan. 2017-mar. 2018

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Analisando-se o nível esperado de contratação para os 12 meses posteriores ao primeiro trimestre de 2018, 61,7% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores; 19,4% dos entrevistados afirmaram que pretendem promover a contratação de empregados; e 18,9% cogitaram a possibilidade de desligar. Pontualmente, houve uma alteração de suma importância: a proporção de empresas com intenção em ampliar o quadro de pessoal superou, depois de bastante tempo, a proporção das que preveem enxugamento.

Num contexto temporal mais amplo, os sinais continuam a suscitar esperança. Conforme o Gráfico 7, o intento do setor produtivo baiano de reduzir o quadro de funcionários esmoreceu pela quarta vez seguida, nas duas últimas de forma bastante considerável – atingindo o menor estágio dos últimos anos. O fito de admitir, por sua vez, avançou pela segunda vez consecutiva, exibindo um percentual de quase o triplo do de um ano antes. De resto, a perspectiva empresarial em manter o quadro de empregados completou quatro altas sucessivas. Tal delineamento, enfim, ajuda a reforçar o sentimento de que o mercado de trabalho local tende a seguir o curso da reabilitação.



Gráfico 7
Percentual de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 1º tri. 2017-1º tri. 2018

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2018.

Projeção do emprego formal

De acordo com a projeção realizada pela SEI, o mercado de trabalho baiano seguirá seu processo de recuperação no segundo trimestre de 2018, com geração prevista de 15.133 postos⁶. Dessa maneira, se tal expectativa se confirmar, o saldo de empregos com carteira assinada na Bahia, no trimestre em questão, representará o melhor resultado para o período desde o observado em 2014. Até porque, com exceção do ano passado, quando foram abertos 10.948 postos no segundo trimestre, houve perda líquida de 14.577 e 21.350 vínculos de trabalho celetistas nos segundos trimestres de 2015 e 2016, respectivamente. Entretanto, caso efetivado, tal resultado ainda estaria aquém daqueles registrados para os mesmos trimestres de 2006 a 2014.

A geração líquida de empregos com carteira assinada esperada para o segundo trimestre de 2018 deverá ser influenciada, principalmente, pelo comportamento dos setores de Agropecuária (+6.794 postos de trabalho) e Serviços (+4.107 oportunidades). Por outro lado, a expectativa de saldo negativo recai unicamente sobre o setor de Extrativa Mineral (-42 empregos celetistas). As demais projeções podem ser visualizadas na tabela abaixo.

Tabela 5
Projeção do saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Bahia – 2º tri. 2018

Setor de atividade econômica	Saldo projetado
Extrativa Mineral	-42
Indústria de Transformação	1.428
Serviços Industriais de Utilidade Pública	84
Construção Civil	1.101
Comércio	1.275
Serviços	4.107
Administração Pública	386
Agropecuária, Ext. Vegetal, Caça e Pesca	6.794
Total	15.133

Fonte: SEI/Dipeq/Copes, 2018.

A projeção feita pela SEI para os próximos três meses acena para uma geração líquida de 15.133 vínculos formais. Mesmo estando abaixo dos saldos obtidos no período pré-crise, representa um alento perante o quadro que se enfrentou recentemente. Além disso, os últimos dados de fluxos do Caged, ao confirmarem um saldo muito acima do esperado, reforçam o juízo de que a retomada do emprego na Bahia segue seu itinerário. O pessimismo cada vez menor, mesmo com os níveis de confiança do empresariado local ainda baixos, também se constitui numa outra constatação favorável. Por outro lado, as informações recentes provenientes da PNADC e da PEDRMS alimentam dúvidas quanto ao vigor potencial dessa reabilitação. Enfim, mesmo diante de vestígios de melhor desempenho do mercado de trabalho baiano, parece claro que o processo ainda se mostra embrionário e que restam ainda muitos obstáculos a serem superados.

6 A projeção feita pela SEI se utilizou de dados atualizados até março de 2018.

APÊNDICE

Tabela 1A
Estimativas da População Total e Economicamente Ativa e dos Inativos Maiores de 10 Anos, Taxas Globais de Participação e de Desemprego Total
Região Metropolitana de Salvador – 2010-2018

Trimestres	População economicamente ativa						Inativos maiores de 10 anos			Taxas (%)		População Total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados		Índice (2)	Índice (2)	Índice (2)	Participação (pea/pia)	Desemprego total (des/pea)	
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)						
1º tri. 2010	1.722	115,0	1.379	125,5	343	86,2	128,0	1.226	58,4	19,9	3.424	
2º tri. 2010	1.724	115,2	1.436	130,7	288	72,4	129,2	1.238	58,2	16,7	3.436	
3º tri. 2010	1.728	115,4	1.448	131,8	280	70,4	130,1	1.246	58,1	16,2	3.447	
4º tri. 2010	1.745	116,6	1.504	136,9	241	60,6	129,7	1.243	58,4	13,8	3.459	
1º tri. 2011	1.687	112,7	1.422	129,4	265	66,6	137,3	1.315	56,2	15,7	3.470	
2º tri. 2011	1.683	112,4	1.422	129,4	261	65,6	139,1	1.333	55,8	15,5	3.482	
3º tri. 2011	1.727	115,4	1.454	132,3	273	68,6	135,9	1.302	57,0	15,8	3.494	
4º tri. 2011	1.722	115,0	1.479	134,6	243	61,1	137,8	1.320	56,6	14,1	3.505	
1º tri. 2012	1.788	119,4	1.479	134,6	309	77,6	132,4	1.268	58,5	17,3	3.517	
2º tri. 2012	1.824	121,8	1.498	136,3	326	81,9	130,2	1.247	59,4	17,9	3.529	
3º tri. 2012	1.884	125,9	1.526	138,9	358	89,9	125,3	1.200	61,1	19,0	3.541	
4º tri. 2012	1.865	124,6	1.555	141,5	310	77,9	128,7	1.233	60,2	16,6	3.553	
1º tri. 2013	1.873	125,1	1.504	136,9	369	92,7	129,3	1.239	60,2	19,7	3.565	
2º tri. 2013	1.822	121,7	1.474	134,1	348	87,4	136,1	1.304	58,3	19,1	3.577	
3º tri. 2013	1.893	126,5	1.556	141,6	337	84,7	130,2	1.247	60,3	17,8	3.589	
4º tri. 2013	1.864	124,5	1.549	140,9	315	79,1	134,7	1.290	59,1	16,9	3.601	
1º tri. 2014	1.882	125,7	1.549	140,9	333	83,7	134,2	1.286	59,4	17,7	3.613	
2º tri. 2014	1.881	125,7	1.539	140,0	342	85,9	135,9	1.302	59,1	18,2	3.625	
3º tri. 2014	1.857	124,0	1.532	139,4	325	81,7	139,9	1.340	58,1	17,5	3.637	
4º tri. 2014	1.869	124,8	1.564	142,3	305	76,6	140,1	1.342	58,2	16,3	3.649	
1º tri. 2015	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	144,2	1.381	57,2	17,3	3.662	
2º tri. 2015	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	147,5	1.413	56,4	18,0	3.674	
3º tri. 2015	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	149,2	1.429	56,1	19,4	3.686	
4º tri. 2015	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	143,6	1.376	57,9	19,9	3.699	
1º tri. 2016	1.852	123,7	1.457	132,6	395	99,2	149,5	1.432	56,4	21,3	3.711	
2º tri. 2016	1.874	125,2	1.409	128,2	465	116,8	148,7	1.425	56,8	24,8	3.724	
3º tri. 2016	1.932	129,1	1.439	130,9	493	123,9	144,3	1.382	58,3	25,5	3.736	
4º tri. 2016	1.921	128,3	1.437	130,8	484	121,6	147,0	1.408	57,7	25,2	3.749	
1º tri. 2017	1.933	129,1	1.471	133,8	462	116,1	147,3	1.411	57,8	23,9	3.761	
2º tri. 2017	1.932	129,1	1.451	132,0	481	120,9	149,1	1.428	57,5	24,9	3.774	
3º tri. 2017	1.925	128,6	1.469	133,7	456	114,6	151,6	1.452	57,0	23,7	3.786	
4º Tri. 2017	1.975	131,9	1.505	136,9	470	118,1	148,0	1.418	58,2	23,8	3.799	
1º tri. 2018	1.997	133,4	1.484	135,0	513	128,9	147,3	1.411	58,6	25,7	3.812	
Varição (%)												
1º tri. 2018/4º tri. 2017		1,1		-1,4		9,1	-0,5		0,7	8,0	0,3	
Varição (%)												
1º tri. 2018/1º tri. 2017		3,3		0,9		11,0	0,0		0,0	1,4	7,5	

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Em 1000 pessoas.

(2) Base: média de 2000 = 100.

Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 2A
Estimativas e Índices do Nível de Ocupação, por Setor de Atividade
Região Metropolitana de Salvador – 2011-2018

Trimestres	Estimativas e índices do nível de ocupação, por setor de atividade									
	Total (1)		Indústria de transformação (2)		Construção (3)		Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)		Serviços (5)	
	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (6)	Índices (7)	Números absolutos (1)	Índices (2)	Números absolutos (6)	Índices (7)
1º tri. 2011	1.422	98,6	128	98,5	129	97,0	262	95,3	865	100,1
2º tri. 2011	1.422	98,6	132	101,5	127	95,5	262	95,3	855	99,0
3º tri. 2011	1.454	100,8	124	95,4	134	100,8	286	104,0	874	101,2
4º tri. 2011	1.479	102,6	136	104,6	141	106,0	293	106,5	871	100,8
1º tri. 2012	1.479	102,6	123	94,6	146	109,8	282	102,5	884	102,3
2º tri. 2012	1.498	103,9	135	103,8	147	110,5	288	104,7	888	102,8
3º tri. 2012	1.526	105,8	131	100,8	134	100,8	291	105,8	926	107,2
4º tri. 2012	1.555	107,8	137	105,4	149	112,0	295	107,3	935	108,2
1º tri. 2013	1.504	104,3	123	94,6	138	103,8	308	112,0	890	103,0
2º tri. 2013	1.474	102,2	131	100,8	139	104,5	273	99,3	889	102,9
3º tri. 2013	1.556	107,9	129	99,2	146	109,8	303	110,2	935	108,2
4º tri. 2013	1.549	107,4	136	104,6	156	117,3	301	109,5	917	106,1
1º tri. 2014	1.549	107,4	124	95,4	158	118,8	308	112,0	925	107,1
2º tri. 2014	1.539	106,7	134	103,1	155	116,5	299	108,7	914	105,8
3º tri. 2014	1.532	106,2	121	93,1	150	112,8	280	101,8	945	109,4
4º tri. 2014	1.564	108,5	124	95,4	152	114,3	311	113,1	945	109,4
1º tri. 2015	1.526	105,8	137	105,4	130	97,7	285	103,6	948	109,7
2º tri. 2015	1.499	104,0	129	99,2	121	91,0	297	108,0	922	106,7
3º tri. 2015	1.472	102,1	113	86,9	125	94,0	290	105,5	919	106,4
4º tri. 2015	1.516	105,1	112	86,2	126	94,7	279	101,5	972	112,5
1º tri. 2016	1.457	101,0	109	83,8	122	91,7	278	101,1	921	106,6
2º tri. 2016	1.409	97,7	104	80,0	107	80,5	278	104,7	893	103,4
3º tri. 2016	1.439	99,8	114	87,7	108	81,2	288	104,7	899	104,1
4º tri. 2016	1.437	99,7	103	79,2	115	86,5	277	100,7	914	105,8
1º tri. 2017	1.471	102,0	109	83,8	99	74,4	290	105,5	946	109,5
2º tri. 2017	1.451	100,6	99	76,2	110	82,7	268	97,5	946	109,5
3º tri. 2017	1.469	101,9	109	83,8	125	94,0	291	105,8	921	106,6
4º tri. 2017	1.505	104,4	114	87,7	110	82,7	315	114,5	938	108,6
1º tri. 2018	1.484	102,9	114	87,7	113	85,0	301	109,5	923	106,8
Variação (%)										
1º tri. 2018/		-1,4		0,0		2,7		-4,4		-1,6
4º tri. 2017										
Variação (%)										
1º tri. 2018/		0,9		4,6		14,1		3,8		-2,4
1º tri. 2017										

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MDTb/FAT

(1) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.

(2) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontinuação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.

(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.

(5) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar.

(6) Em 1.000 pessoas.

(7) Base: média de 2011 = 100.

Nota: A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010. Vide nota técnica nº 01/2012.

Trimestres	Assalariados (2)												Autônomos		Empregados domésticos	
	Total (1)			Setor privado						Setor público (3)						
	Total			Total		Com carteira assinada		Sem carteira assinada		Setor público (3)						
	Números absolutos (4)	Índices (5)		Números absolutos (4)	Índices (5)											
1º tri. 2010	1.379	125,5	923	140,5	740	148,9	610	167,6	130	97,7	183	114,4	284	115,0	101	87,8
2º tri. 2010	1.436	130,7	965	146,9	764	153,7	648	178,0	116	87,2	201	125,6	279	113,0	108	93,9
3º tri. 2010	1.448	131,8	972	147,9	760	152,9	630	173,1	130	97,7	210	131,3	294	119,0	109	94,8
4º tri. 2010	1.504	136,9	1.009	153,6	800	161,0	669	183,8	131	98,5	208	130,0	314	127,1	104	90,4
1º tri. 2011	1.422	129,4	947	144,1	762	153,3	644	176,9	118	88,7	183	114,4	299	121,1	112	97,4
2º tri. 2011	1.422	129,4	974	148,2	799	160,8	685	188,2	114	85,7	173	108,1	282	114,2	112	97,4
3º tri. 2011	1.454	132,3	960	146,1	795	160,0	680	186,8	115	86,5	164	102,5	314	127,1	124	107,8
4º tri. 2011	1.479	134,6	979	149,0	828	166,6	707	194,2	121	91,0	151	94,4	308	124,7	127	110,4
1º tri. 2012	1.479	134,6	991	150,8	834	167,8	711	195,3	123	92,5	154	96,3	305	123,5	129	112,2
2º tri. 2012	1.498	136,3	1.014	154,3	870	175,1	750	206,0	120	90,2	142	88,8	304	123,1	127	110,4
3º tri. 2012	1.526	138,9	1.016	154,6	862	173,4	732	201,1	130	97,7	154	96,3	325	131,6	125	108,7
4º tri. 2012	1.555	141,5	1.064	161,9	900	181,1	774	212,6	126	94,7	165	103,1	306	123,9	123	107,0
1º tri. 2013	1.504	136,9	1.023	155,7	880	177,1	761	209,1	119	89,5	141	88,1	298	120,6	123	107,0
2º tri. 2013	1.474	134,1	996	151,6	859	172,8	746	204,9	113	85,0	137	85,6	307	124,3	124	107,8
3º tri. 2013	1.556	141,6	1.046	159,2	896	180,3	767	210,7	129	97,0	148	92,5	322	130,4	123	107,0
4º tri. 2013	1.549	140,9	1.061	161,5	907	182,5	795	218,4	112	84,2	155	96,9	296	119,8	124	107,8
1º tri. 2014	1.549	140,9	1.063	161,8	923	185,7	793	217,9	130	97,7	141	88,1	290	117,4	129	112,2
2º tri. 2014	1.539	140,0	1.065	162,1	917	184,5	805	221,2	112	84,2	148	92,5	282	114,2	119	103,5
3º tri. 2014	1.532	139,4	1.040	158,3	887	178,5	778	213,7	109	82,0	152	95,0	296	119,8	132	114,8
4º tri. 2014	1.564	142,3	1.074	163,5	929	186,9	816	224,2	113	85,0	145	90,6	296	119,8	127	110,4
1º tri. 2015	1.526	138,9	1.067	162,4	914	183,9	812	223,1	102	76,7	153	95,6	278	112,6	114	99,1
2º tri. 2015	1.499	136,4	1.027	156,3	878	176,7	787	216,2	91	68,4	148	92,5	268	108,5	118	102,6
3º tri. 2015	1.472	133,9	998	151,9	864	173,8	755	207,4	109	82,0	132	82,5	287	116,2	116	100,9
4º tri. 2015	1.516	137,9	1.052	160,1	892	179,5	781	214,6	111	83,5	161	100,6	273	110,5	121	105,2
1º tri. 2016	1.457	132,6	1.002	152,5	877	176,5	784	215,4	93	69,9	125	78,1	267	108,1	115	100,0
2º tri. 2016	1.409	128,2	958	145,8	829	166,8	730	200,5	99	74,4	128	80,0	255	103,2	118	102,6
3º tri. 2016	1.439	130,9	979	149,0	839	168,8	740	203,3	99	74,4	140	87,5	273	110,5	114	99,1
4º tri. 2016	1.437	130,8	954	145,2	835	168,0	736	202,2	99	74,4	121	75,6	280	113,4	126	109,6
1º tri. 2017	1.471	133,8	974	148,2	847	170,4	741	203,6	106	79,7	127	79,4	287	116,2	116	100,9
2º tri. 2017	1.451	132,0	952	144,9	821	165,2	730	200,5	91	68,4	129	80,6	305	123,5	118	102,6
3º tri. 2017	1.469	133,7	946	144,0	811	163,2	726	199,5	85	63,9	135	84,4	319	129,1	112	97,4
4º tri. 2018	1.505	136,9	957	145,7	821	165,2	722	198,4	99	74,4	135	84,4	348	140,9	114	99,1
1º tri. 2018	1.484	135,0	929	141,4	818	164,6	699	192,0	119	89,5	111	69,4	344	139,3	114	99,1
Variação (%) 1º tri. 2018/4º tri. 2017		-1,4		-2,9		-0,4		-3,2		20,2		-17,8		-1,1		0,0
Variação (%) 1º tri. 2018/1º tri. 2017		0,9		-4,6		-3,4		-5,7		12,3		-12,6		19,9		-1,7

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.
(1) Incluem empregadores, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais.
(2) Excluem os empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.
(3) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).
(4) Em 1000 pessoas.
(5) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 4A**Índices Trimestrais do Emprego, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados e dos Assalariados (1) – Região Metropolitana de Salvador – 2010-2018**

Base: média de 2000 = 100

Trimestres	Ocupados (2)			Assalariados (3)		
	Emprego	Rendimento médio real	Massa de rendimentos reais	Emprego	Salário médio real	Massa salarial real
1º tri. 2010	125,5	109,8	137,7	140,5	108,2	152,0
2º tri. 2010	130,7	111,0	145,0	146,9	108,2	158,9
3º tri. 2010	131,8	111,6	147,0	147,9	109,1	161,4
4º tri. 2010	136,9	110,7	151,5	153,6	108,8	167,1
1º tri. 2011	129,4	102,4	132,5	144,1	101,1	145,8
2º tri. 2011	129,4	104,1	134,7	148,2	103,6	153,7
3º tri. 2011	132,3	95,3	126,1	146,1	94,4	138,0
4º tri. 2011	134,6	96,7	130,2	149,0	96,8	144,3
1º tri. 2012	134,6	97,7	131,5	150,8	97,4	146,9
2º tri. 2012	136,3	96,2	131,1	154,3	95,0	146,6
3º tri. 2012	138,9	97,4	135,3	154,6	96,3	148,9
4º tri. 2012	141,5	98,9	140,0	161,9	97,7	158,2
1º tri. 2013	136,9	96,9	132,6	155,7	95,8	149,2
2º tri. 2013	134,1	100,7	135,1	151,6	100,2	152,0
3º tri. 2013	141,6	100,0	141,6	159,2	98,7	157,2
4º tri. 2013	140,9	105,1	148,1	161,5	101,4	163,8
1º tri. 2014	140,9	101,7	143,4	161,8	99,0	160,1
2º tri. 2014	140,0	102,7	143,7	162,1	100,8	163,4
3º tri. 2014	139,4	102,6	143,0	158,3	100,0	158,3
4º tri. 2014	142,3	104,9	149,2	163,5	101,8	166,4
1º tri. 2015	138,9	102,5	142,3	162,4	98,0	159,2
2º tri. 2015	136,4	99,2	135,2	156,3	95,4	149,1
3º tri. 2015	133,9	95,6	128,0	151,9	93,7	142,3
4º tri. 2015	137,9	96,4	132,9	160,1	92,6	148,3
1º tri. 2016	132,6	90,7	120,3	152,5	86,9	132,5
2º tri. 2016	128,2	90,5	116,0	145,8	87,5	127,6
3º tri. 2016	130,9	92,8	121,5	149,0	89,9	134,0
4º tri. 2016	130,8	91,6	119,7	145,2	87,6	127,2
1º tri. 2017	133,8	97,9	131,0	148,2	92,3	136,9
2º tri. 2017	132,0	99,5	131,4	144,9	95,3	138,1
3º tri. 2017	133,7	96,3	128,7	144,0	90,5	130,4
4º tri. 2017	136,9	88,4	121,0	145,7	86,9	126,6
1º tri. 2018						
Janeiro	136,0	86,3	117,4	144,3	84,7	122,2
Fevereiro	135,7	87,0	118,0	143,2	85,0	121,7
Variação (%) Fev. 2018/ 4º tri. 2017	-0,9	-1,6	-2,5	-1,7	-2,2	-3,9
Variação (%) Fev. 2018/ 1º tri. 2017	1,4	-11,1	-9,9	-3,4	-8,0	-11,1

Fonte: PEDRMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTb/FAT.

(1) Inflator utilizado: IPC - SEI.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

NOTAS METODOLÓGICAS

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



PROJEÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL

As projeções do mercado de trabalho formal são construídas com base na metodologia de séries temporais. As estimativas são feitas para o número de admitidos e de desligados de cada um dos oito setores de atividade econômica. O saldo previsto para cada segmento será a diferença entre as admissões e os desligamentos projetados. O saldo geral, enfim, será o somatório dos saldos supostos para cada atividade.

O tratamento dado a determinado setor no processo de previsão depende de o mesmo ser considerado de menor ou maior impacto na dinâmica do mercado de trabalho local. O grupo de menor influência incorpora as atividades de Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública. O de maior peso engloba Indústria de Transformação, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

As séries do número de admissões e de desligamentos do setor, obtidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são incluídas no procedimento de projeção independentemente do peso do segmento. O uso de variáveis explicativas, no entanto, somente ocorre para aquelas atividades apontadas como de maior impacto.

Para conceber tais previsões são utilizados o algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters e a metodologia de Box-Jenkins com os modelos sazonais auto regressivos integrados de médias móveis (SARIMA) e sua extensão (SARIMAX). A adoção do modelo SARIMAX é para permitir a inclusão de variáveis explicativas.



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

